

Negociações internacionais

Fiasco de Doha

A RODADA Doha para acordos multilaterais de comércio no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), lançada na capital do Qatar em 2001, foi suspensa, depois de mais de 14 horas de reuniões, em 23 de julho, em Genebra.

As negociações da rodada estão estagnadas desde o encontro ministerial realizado em 2003, em Cancún (México). Os países do G20 (liderados pelo Brasil e pela Índia) querem dos países industrializados reduções de tarifas e cortes de subsídios no setor agrícola, em troca da redução de tarifas sobre bens e serviços.

A OMC voltou a fracassar em sua tentativa de chegar a um acordo sobre a liberalização dos setores agrícola e industrial, após ter acontecido o mesmo na reunião ministerial de Hong Kong, em dezembro, e em abril.

A suspensão das negociações aumenta o risco de não se finalizar a Rodada Doha no período estipulado, até o final de 2006, em torno de três pilares básicos acordados na Reunião Ministerial de Hong Kong:

- Ampliação das condições de acesso aos mercados;
- Cortes efetivos nos subsídios à produção;
- Fim dos subsídios à exportação.

Sem consenso

Brasil, Índia, Estados Unidos, União Europeia, Japão e Austrália (o grupo conhecido como G-6), que respondem por 3/4 do comércio global, travaram uma verdadeira batalha diplomática para encontrar um consenso.

O corte no subsídio anual aos agricultores proposto pelos EUA foi de US\$ 22

bilhões para US\$ 18 bilhões. A UE de 39%. Ambas foram consideradas pequenas.

Outro grande obstáculo às negociações provém do fato de os EUA e a UE não aceitarem uma redução de suas barreiras tarifárias e não-tarifárias às importações de produtos agrícolas. Os EUA possuem tarifa média sobre produtos industrializados de 3,2%; a UE, de 4%. Em contrapartida, os dois requerem dos países em desenvolvimento uma significativa abertura nas tarifas dos produtos industrializados e serviços.

O malogro das discussões complica o cenário futuro dos acordos multilaterais devido ao vencimento em julho de 2007 do mecanismo constitucional (*fast-track*) ou TPA (Autoridade para Promoção Comercial), uma autorização dada ao presidente americano, George W. Bush, pelo Congresso para, durante cinco anos, ne-

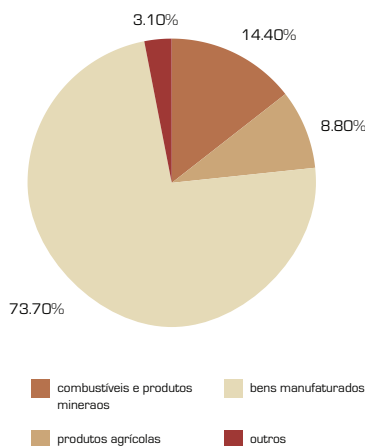
gociar acordos comerciais. O Congresso pode aprovar ou rejeitar no prazo de 90 dias os acordos feitos por Bush, mas não pode modificar os acordos.

Uruguai

Para concluir a Rodada Uruguai (1993), os países em desenvolvimento aceitaram a promessa dos desenvolvidos de uma maior abertura dos mercados agrícolas e de produtos intensivos em trabalho em troca da criação da OMC e de um conjunto de novas regras sobre subsídios, antidumping, serviços, direito de propriedade e outros. A promessa não foi cumprida.

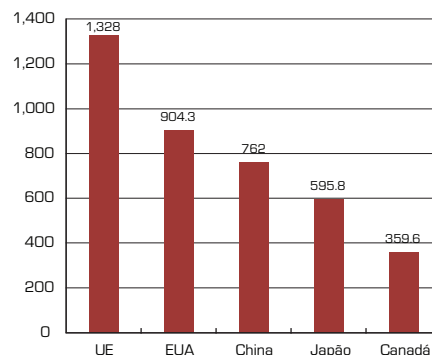
Agora, os países em desenvolvimento são coagidos a realizar novas concessões em bens industriais, sendo que os possíveis ganhos em termos de acesso aos mercados dos produtos agrícolas dos países desenvolvidos seriam muito limitados.

Participação nas exportações mundiais: US\$ 8,91 bilhões



Fonte: OMC

Mundo: Maiores exportadores (US\$ bilhões)



Fonte: OMC

De acordo com a OMC, as subvenções governamentais totais à agricultura, indústria e serviços podem superar US\$ 1 trilhão por ano, valor equivalente a 4% do PIB global.

Em uma amostra com 31 países em desenvolvimento, a ajuda governamental representou, em média, 0,6% do PIB. Entre 22 nações ricas, o percentual alcançou 1,4% do PIB. A ajuda do governo brasileiro somava 1,8% das despesas públicas, o equivalente a 0,3% do PIB, no período 1998-2002. Na Índia, as subvenções chegaram a 21% das despesas públicas; na China, a 5,7%.

Desgastada, a OMC pode ser a nova versão século XXI da Liga das Nações,

criada em 1919 para servir de árbitro internacional e promover a paz mundial. Na prática, a entidade fez frente aos desafios diplomáticos e militares e se autodissolveu após a Segunda Guerra Mundial.

O Acordo Geral de Tarifas e Comércio, antes da OMC, foi montado depois da Segunda Grande Guerra, dominado pelos EUA e pelas grandes economias da Europa Ocidental. Ao longo de oito rodadas, a partir de 1948, as barreiras comerciais caíram. No final do século XX, o comércio mundial era 22 vezes maior do que em 1950.

Agora, chegar a um consenso entre 149 países é muito mais difícil. Na Organiza-

ção das Nações Unidas e no Fundo Monetário Internacional os países ricos possuem poder de veto. Na OMC qualquer país pode frustrar um acordo. O acordo formado na sua criação lhe deu poderes de legislativo mundial para elaboração e aplicação de regras comerciais.

O Brasil, por exemplo, deve impor aos EUA tarifas punitivas no valor de US\$ 1 bilhão, como compensação pelos subsídios ao algodão considerados ilegais. A decisão sobre as punições havia sido adiada por causa do foco nas negociações globais. Outros processos relacionados a milho, sorgo e arroz podem ser movidos contra os EUA. A UE está exposta a questões ligadas a vinho, manteiga e tomate. ■

